

Mídia impressa: visibilidade e mediação



Carla Reis Longhi

*Doutora em História (USP)
Professora do Departamento de História da PUC-SP
Professora de Pós-graduação em Comunicação da UNIP
E-mail: carlalonghi@uol.com.br*

Resumo: Considerando os Estudos Culturais, através das reflexões de Martín-Barbero e dialogando com Jürgen Habermas pretendemos, com este artigo, refletir sobre a mídia impressa explorando dois aspectos intrínsecos à mesma: sua condição como fonte de mediação e seu papel como veículo de aparência na esfera pública. Estes aspectos remetem à discussão sobre o papel da mídia impressa nos processos de interações sociais. Esta abordagem induz à delimitação de um recorte temporal, definido neste artigo pelas relações estabelecidas entre a mídia impressa e o Estado brasileiro durante o regime militar (1964-84). **Palavras-chave:** mediação, visibilidade, esfera pública, mídia impressa.

La prensa: visibilidad y mediación

Resumen: Considerando los estudios culturales, a través de las reflexiones de Martín-Barbero y un diálogo con Jürgen Habermas intentamos, con este artículo, reflexionar sobre los medios de comunicación impresos y explorar dos aspectos intrínsecos a la misma: su condición de fuente de la mediación y su papel como vehículo para mirar la esfera pública. Estos aspectos se refieren a la discusión sobre el papel de los medios de comunicación impresos en los procesos de las interacciones sociales. Este enfoque conduce a la delimitación de un corte en el tiempo, se define en este artículo como la relación entre la prensa y el Estado durante el régimen militar brasileño (1964-84). **Palabras clave:** mediación, la visibilidad, la esfera pública, la prensa.

The newspaper: visibility and mediation

Abstract: Taking into consideration the Cultural Studies through Martín-Barbero's reflections and relating them to Jürgen Habermas, we intend, with this article, to reflect on the printed media exploring two correlated aspects: its condition as a mediation source and its role as a relevant media means in the public sphere. These aspects bring up a discussion on the printed media role on the social interaction process. This reflection sets a delimitation spot in time, defined in this article by the relations established between the printed media and the Brazilian government during the militar regime (1964-84). **Key words:** mediation, visibility, public sphere, newspaper.

O interesse pelo tema aqui proposto surgiu em pesquisa realizada sobre o regime militar brasileiro (1964-84). Manipulando parte de documentação produzida pelo regime, surpreendemo-nos com a vasta quantidade de artigos de jornais arquivados e manipulados pelos governos militares, fato este que nos levou a centrar nossa investigação nesse controle e utilização. Pudemos observar, ao longo desses vinte anos de regime militar, a contínua apropriação da informação jornalística na composição da documentação institucional. As formas de uso variaram ao longo dos governos e isto tem explicações que resvalam na análise da característica de cada um destes governos, aspecto este que não será aqui discutido. Dentre os diferentes formatos vislumbrados na observação destas fontes documentais, constatamos o arquivamento de artigos de jornais, recortados e arquivados; citações ao conteúdo de artigos específicos, com a indicação do dia e do nome do jornal de onde foi retirada a informação, compondo tanto a informação de relatórios quanto de prontuários e, por fim, um tipo específico de registro que era a organização de um documento oficial, denominado Boletim Informativo, de produção diária e circulação interna, constituído

inteiramente por trechos de artigos de jornais diversos, formando um novo discurso a partir de um mosaico documental, com cada trecho citado em sua autoria inicial.

Na observação deste material, perguntávamo-nos sobre a necessidade destes governos de constituírem informação de difusão interna a partir de trechos jornalísticos, devidamente anunciados. Nada impediria ao re-

O jornal impresso nasce na correlação dos interesses econômicos e políticos, vinculados ao Estado e ao grupo social emergente: a burguesia



gime de compor seus documentos com informação publicada pelos jornais sem, contudo, anunciar esta utilização. Foi este fato que nos instigou a reflexão apresentada neste artigo – ou seja, o papel exercido pela mídia impressa na relação com instâncias institucionais e grupos sociais. Por que o regime avalizou o discurso jornalístico em sua própria documentação? Este questionamento nos levou a ponderar sobre as relações estabelecidas entre a produção jornalística e o Estado, considerando neste percurso os diferentes grupos sociais envolvidos neste processo. Vários aspectos interagem nesta análise. Devemos considerar o perfil dos jornais utilizados; a ideologia que professam; o papel de difusor de informação e propagador de visibilidade pública, bem como sua condição intrínseca de mediação social; a relação estabelecida entre mídia impressa e o Estado; as características específicas deste Estado, autoritário e militar, entre outros aspectos.

Assim, com este artigo pretendemos refletir sobre a mídia impressa explorando, além da especificidade do contexto histórico recortado, dois aspectos intrínsecos à mesma:

sua condição como fonte de mediação e seu papel como veículo de aparência na esfera pública. Isto por que ambos, a nosso ver, nos remetem à discussão sobre o papel da mídia impressa nos processos de interações sociais, sejam eles constituídos no interior dos embates entre diferentes grupos sociais, sejam eles estabelecidos na relação destes mesmos grupos com o Estado instituído. Partimos do contexto de nascimento da mídia impressa dialogando com o momento histórico recortado para este artigo, o regime militar brasileiro. Temporalidades, espacialidades, atores e contextos distintos, o que podem nos fornecer de relevante nesta análise? A nosso ver, justamente o papel da mídia impressa como fonte de mediação e visibilidade.

Este artigo não tem a pretensão de estabelecer uma reflexão conceitual sobre mediação, e sim abordá-la na observação de objeto específico, o que nos leva a assumi-la com toda a complexidade que lhe é inerente. Entendemos que “as mediações não são balizas prontas de que o pesquisador se apropria para explicar um determinado fenômeno” (Santos, 2006:106), mas ocorrências de uma multiplicidade de fatores que estabelecem conexões e que precisam ser lidas no contexto recortado de análise. Nesta abordagem, falar em mediação é falar de processos de constituição de sentidos e estes se dão nos processos de interações sociais, ou seja, na observação de objeto específico. Em função disto, tendo ciência das especificidades do objeto aqui selecionado, apoiamo-nos em Martín-Barbero:

A comunicação e a cultura constituem hoje um campo primordial de batalha política: o estratégico cenário que exige que a política recupere sua dimensão simbólica- sua capacidade de representar o vínculo entre os cidadãos, o sentimento de pertencer a uma comunidade – para enfrentar a erosão da ordem coletiva (Martín-Barbero, 1997:15).

O autor indica uma correlação de aspectos cara à proposição de nossa reflexão ao emaranhar numa mesma tessitura a comunicação, a cultura e a política – indicando os

imbricamentos constituídos entre o meio de comunicação, o poder político constituído na expressão dos interesses do Estado e os interesses e ações dos grupos sociais envolvidos no contexto recortado. É sobre estas articulações que queremos discutir. Habermas nos mostra que o jornal impresso nasceu no contexto da fase mercantilista do capitalismo, numa profusão de questões e interesses que ao mesmo tempo eram políticos e econômicos, público e privado:

Em sentido estrito, os primeiros jornais, por ironia também chamados de ‘jornais políticos’, aparecem de início semanalmente e, lá pela metade do século XVII, já aparecem diariamente. As correspondências privadas de então continham noticiários amplo e minucioso sobre assembleias parlamentares e guerras, sobre resultados de colheitas, impostos, transportes de metais preciosos e, acima de tudo, naturalmente, notícias sobre o comércio internacional. Mas só um filete dessa torrente de informações passa pelos filtros desses jornais manuscritos até os referidos jornais impressos. Os beneficiários das correspondências privadas não tinham interesse em que o conteúdo delas se tornasse público. Por isso, os jornais políticos não existem para os comerciantes mas, pelo contrário, os comerciantes é que existem para os jornais. Eram chamados de ‘custodes novellarum’ (guardiões das novidades) entre os contemporâneos, exatamente por causa dessa dependência do noticiário público para com o seu intercâmbio privado de informações (Habermas, 1984:34).

Notamos, pelo descrito acima, que o jornal impresso nasce na correlação dos interesses econômicos e políticos, vinculados aos interesses do Estado e ao grupo social emergente: a burguesia ou, como colocado por Cruz

Pensar a imprensa com esta perspectiva implica, em primeiro lugar, toma-la como força ativa da história do capitalismo e não como mero depositário de acontecimentos” (Cruz, 2007,259).

Fazemos disto destaque, pois estas mesmas composições, ou seja, uma conexão de

interesses entre o Estado e grupos sociais em questão, estará posta no segundo recorte cronológico analisado. A nosso ver, isto ocorre por que a mídia impressa é fruto e cerne das relações capitalistas que se engendram nas relações estabelecidas entre a burguesia e o Estado – tenha ele as especificidades que tiver. São estas distinções que a análise dos processos de mediação e formas de visibilidade podem nos elucidar. Habermas é claro em afirmar que neste primeiro momento a burguesia tem menos interesse na exposição de seus negócios que o Estado, buscando evitar sua visibilidade no nascente meio de comunicação. Dois aspectos estão postos: a existência da mídia impressa denota relações de poder que lhe são inerentes e estas mesmas relações de poder só o são em função da visibilidade que este veículo enseja, o que indica que visibilidade é uma forma de constituição e exposição de estruturas de poder. Entendemos visibilidade em sua correlação intrínseca à idéia de esfera pública¹. Esta, a nosso ver, é o campo das interações políticas, o que nos remete a dois aspectos. Primeiro, faz parte deste campo de interações, os processos de mediações; segundo, ambos (mediações e esfera pública) como componentes das interações sociais, são aspectos dinâmicos, resultados das forças postas em ação e, logo, mutáveis numa análise diacrônica. Hannah Arendt e Jürgen Habermas já nos mostraram, com maestria, que as relações e entendimentos do que é público e privado modificou-se continuamente ao longo da história. Além disso, para podermos compreender melhor o homem em suas múltiplas relações, precisaríamos entender as correlações entre o público e o privado estabelecidas pelo mesmo, daí a necessidade de recortes específicos de análises.

Contudo, em nossa reflexão, um aspecto da esfera pública lhe é inerente, independente do momento: o ato de tornar público,

¹ O conceito de esfera pública tem sido discutido por esta autora em alguns textos de sua autoria e por isto não será esmiuçado neste momento. Ver indicações bibliográficas.

muito mais que apenas tornar aparente, significa estabelecer um campo de existência. O homem precisa da visibilidade para se fazer ver e ouvir, bem como identifica o que é visto e ouvido por todos como algo que é comum a todos; nesta concepção, pois, o que todos visualizam e reconhecem significa a própria concretude do mundo, definindo uma noção de realidade. Neste sentido, o espaço de aparência é o espaço da realidade assumida pela maioria. Torna-se o cenário das interações sociais. Para uma noção mais completa, torna-se necessário, em cada contexto histórico, verificar os limites estabelecidos entre as noções de público e privado e o significado da política na constituição do sentido de público. Se tomarmos o contexto da esfera pública literária ora descrito, o sentido da política é bastante restrito, estando vinculado a uma noção de política estatal. Por isto, a burguesia é tida como um grupo privado, pois não tem direitos políticos de participação no Estado. Aqui, o sentido de privado está mais próximo do sentido grego de privação do que do sentido burguês de espaço de proteção; este novo sentido está sendo gestado justamente neste momento.

Durante a primeira metade da Idade Moderna, a burguesia se constituiu como agente econômico, estando politicamente sujeita. Na busca de transformação desta condição, este setor passa a ocupar a sociedade, apropriando-se do modelo de ocupação fornecido pela própria corte. Inicialmente, apenas a alta burguesia co-participa dos fóruns sociais: as apresentações de teatro, as recepções artísticas. Com o tempo, esta mesma burguesia, alimentada por seus próprios intelectuais, organiza os seus encontros, disseminados com a proliferação dos cafés. Inicialmente são reuniões literárias:

Raramente algum dos grandes escritores do século XVIII havia deixado de colocar primeiro em discussão as suas idéias essenciais em tais discursos, ou seja, em palestras perante as academias e, sobretudo, nos salões. O *salon* mantinha simultaneamente o monopólio da primeira edição:

uma nova obra, mesmo sendo musical, tinha de primeiro legitimar-se perante este fórum (1984:49).

Notamos pela transcrição acima que a forma de inserção no cenário público, proposta e possível à burguesia, grupo este composto de pessoas privadas, orientadas por interesses privados, foi à criação de uma esfera de ascensão ao público, que não significava, acesso aos instrumentos de ação política: governo, leis, controle da burocracia ou da polícia, constituindo, outrossim, um espaço de aparência para reverberar a posição definida pelo fórum sobre questões culturais. Neste sentido, alguns aspectos desta passagem merecem ser salientados. Este é um espaço literário e representativo. O fato de se apresentar como um espaço literário demonstra o progressivo distanciamento da produção cultural como espaço de representação da corte, ou seja, representação aqui explicitada como a reprodução de valores a serem seguidos, entendimento este que vigorou até este momento. De valores reproduzidos passas-se à disseminação de valores próprios. Isto ocorrerá a partir de um instrumento essencialmente burguês: a mídia impressa. O homem burguês – que lia os romances, os folhetins e os jornais na proteção de sua esfera privada – buscava nos salões a reflexão sobre o seu pensar, mediado pela publicação das idéias circulantes. A esfera pública, aqui, era a condição de constituição de referências comuns, referendadas pelos seus pares, estruturando representações sobre si próprios. Desta forma, a proliferação dos meios de comunicação garante a constituição de um aparato que perceba e propague as idéias propostas.

Ao mesmo tempo, essas novas revistas estão ligadas tão intimamente com a vida dos cafés que ela poderia ser reconstruída através de cada número. Os artigos de jornais não só são transformados pelo público dos cafés em objeto de suas discussões, mas também entendidos como parte integrantes deles; isto se mostra no dilúvio de cartas, das quais os editores semanalmente publicavam uma seleção [...]. Também

a forma de diálogo, que muitos artigos mantêm, testemunha a proximidade da palavra falada. Transporta para um outro meio de comunicação, continua-se a mesma discussão para, mediante a leitura, reingressar no meio anterior, que era a conversação (1984:59).

O jornal impresso se caracterizava, essencialmente, como mediador cultural, na conexão de vários extratos de mediações: da linguagem escrita à oral e vice-versa; da tradição culta à popular; do espaço público dos cafés ao espaço privado das moradias, etc. Através dos debates, a reflexão se constituía caminhando da palavra falada à escrita, desta novamente ao debate, em discussões que se estendiam por várias edições. A comunicação variava da mídia primária à mídia secundária, pois tanto ocorria de forma presencial como também intermediada por suportes transportáveis, no caso, o jornal. A mediação, apropriando-nos de uma imagem criada por Espósito (Espósito apud Paiva, 2007:19), ao discutir o conceito de comunidade, é “o ser como entre: não uma relação que modela o ser, mas o próprio ser como relação”. Ela é constituinte dos processos de representação burgueses ao mesmo tempo em que se constitui como processo.

A necessidade de visibilidade busca nestes processos de mediação garante a constituição das referências identitárias, possibilitando a configuração de uma esfera específica de representação social. É uma esfera que não é pública, nem privada, e que se constituiu no intuito de possibilitar o ato comunicativo e, através de toda a riqueza que este comporta (gestos, comportamentos, vestimentas, etc), a constituição de referências simbólicas, interligando público e privado. Assim, para garantir a visibilidade por um lado, e a representação, por outro, houve a proliferação dos jornais impressos e das revistas originando uma ‘coesão’, efetivada na esfera pública não política, denominada por Habermas de ‘esfera pública literária’. Estabelecendo um pequeno diálogo paralelo com este autor, bastante citado em

nosso artigo, gostaríamos de ponderar sobre o papel da linguagem verbal nos processos discutidos. Acreditamos que os comportamentos, gestuais, o próprio espaço físico, bem como os acessórios presentes continuamente nos cafés, foram imprescindíveis



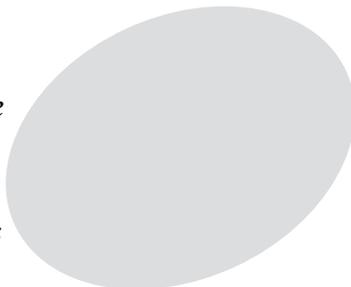
A mídia traz em seu bojo articulações políticas que lhe são intrínsecas, estabelecendo inerente relação com as formas instituídas de Estado

para a constituição de valores, elementos estes que transcendem à palavra, mas que são componentes do ato comunicativo. Retomando Martín-Barbero, referimo-nos às práticas sociais, aos locais aonde se definem os rituais e aos discursos imanentes desta lógica. Todos estes aspectos estão presentes nestes processos de mediação. Ao mesmo tempo, entrando novamente em concordância com Habermas, acreditamos que a palavra é fundamental na demarcação de direitos. Queremos também pontuar que a esfera da aparência, por ser constitutiva do ser humano, como ele, é dinâmica e se conforma por vias e em momentos que não precisariam estar estipulados.

Se por um lado, como pudemos perceber, a necessidade de visibilidade é própria do homem e o objeto aqui selecionado, o jornal impresso é um veículo extremamente adequado em função de sua característica inata de publicização (no sentido originário discutido por Habermas). Por outro lado, esta mídia traz em seu bojo articulações políticas que lhe são intrínsecas, estabelecendo inerente relação com as formas instituídas de Estado gostaríamos, agora, de ponderar sobre as articulações estabelecidas entre o jornal impresso, representado aqui pela

grande imprensa² e o Estado autoritário vigente durante o regime militar brasileiro. Se no primeiro caso o papel do jornal foi fundamental para a constituição das referências identitárias de um grupo social – na relação estabelecida com o Estado, exercendo um papel combativo e libertador –, no segundo caso o jornal impresso vem servir ao Estado na constituição de seus interesses políticos, garantindo o papel de difusor de um pensamento hegemônico.

Através de incentivos fiscais e do fomento às comunicações, o regime militar investiu no aprimoramento técnico das várias áreas de produção cultural



De imediato, temos a especificidade de se tratar de um regime autoritário; ao mesmo tempo, expõe um novo contexto, da nascente indústria cultural. O desenvolvimento da indústria cultural, segundo Ortiz (Ortiz, 1988), representava um projeto político-ideológico fomentado pelo regime autoritário. Sem avançar com profundidade neste aspecto, que demandaria outro estudo, podemos indicar – em linhas gerais – que o regime militar investiu no aprimoramento técnico das várias áreas de produção cultural, através dos incentivos fiscais, entre eles, os referentes aos impostos de importação para a aquisição de maquinário; na abertura do mercado para a aquisição dos eletrodomésticos como, por exemplo, a vitrola; através do fomento às

² A observação da documentação institucional produzida pela comunicação entre o SNI e o DEOPS/SP durante o regime militar indicou o arquivamento, apenas, de jornais da chamada 'grande imprensa' e isto se justifica pela proximidade ideológica apresentada adiante, no corpo do texto. Desta forma, quando nos referimos aos jornais arquivados não contemplamos jornais da imprensa alternativa.

comunicações, com a criação da Embratel (Empresa Brasileira de Telecomunicações), a associação INTELSAT (Sistema Internacional de Satélites) e a construção de um sistema de microondas para integrar o território. Ortiz demonstra que entre os anos sessenta e setenta houve investimento em várias áreas distintas e, com números, aponta para o desenvolvimento ocorrido no setor fonográfico, fílmico, na indústria do papel, no mercado editorial, na publicidade, no desenvolvimento da mídia televisiva, além da radiofônica. Podemos ponderar sobre seus significados. Em primeira instância, indica a efetivação de uma ideologia corrente no Brasil naquelas décadas: a importância do desenvolvimentismo para a autonomia do Estado e fortalecimento da Nação. Certamente este investimento propiciava uma interação do território nacional, interessante do ponto de vista mercadológico e desejável politicamente, o que mais uma vez reforça a tese que vinha sendo construída sobre o interesse dos governos militares na informação jornalística. Queremos, contudo, apontar para outro aspecto, caro à nossa reflexão: as intersecções entre os interesses políticos do regime e o aprimoramento técnico das várias mídias massivas culminavam num entendimento comum sobre o cidadão brasileiro. Por caminhos diversos e interesses distintos, os dois projetos acabavam por investir numa despolitização dos conteúdos, fomentando um cidadão passivo, inerte frente à indústria do entretenimento, à informação jornalística padronizada nos interesses de pauta (aspecto este gradativo e paralelo, que já vinha se processando nas editorias e escolas de jornalismo), finalmente, ao poder político autoritário e ao poder militar repressivo.

Nesse sentido, o que a indústria cultural não fez, o regime se incumbiu de fazer. Assim, em 10/02/1967 é imposta a Lei de Imprensa, que legaliza o direito dos governos militares controlarem a circulação da informação e estrutura as bases para a censura praticada intensivamente nos anos subseqüentes. Entre outros aspectos, veda a publicação e divulgação de:

Propaganda de guerra, de processo de subversão da ordem política e social ou de preconceitos de raça ou classe; segredo de Estado, notícia ou informação relativa à preparação da defesa interna ou externa do país, desde que o sigilo seja justificado como necessário, mediante norma ou recomendação prévia determinando segredo, confidência ou reserva... (Pereira, 1976:71).

Como tem sido discutido por muitos autores, a censura foi exercida de modos distintos nos diferentes órgãos de imprensa. Assim, a chamada ‘imprensa alternativa’ sofreu maior impacto em suas publicações do que a chamada ‘grande imprensa’. No interior desta, também houve distinções. Muitos jornais e revistas assumiram a autocensura, evitando a intervenção direta dos representantes do governo. Outros, que se negaram a esta prática autopunitiva e cerceadora, conviveram com diferentes tipos e níveis de interferência, que iam desde telefonemas e bilhetinhos até a presença diária dos censores ou, ainda, o impedimento da circulação de toda a edição.

A censura nos indica a complexidade existente, pois, se de um lado aponta para as limitações impostas pelo regime à prática do jornalismo – e, em contrapartida, demonstra um campo de reação ao autoritarismo praticado –, por outro lado, ao ponderarmos sobre a autocensura, demonstra a intenção de setores jornalísticos de manterem uma relação limítrofe com os governos, evitando os campos de rupturas. Tomando por base o cotidiano de jornais que, no embate diário, negociaram a sua própria existência, percebemos que a apropriação praticada pelos órgãos de informação e repressão da informação jornalística, com finalidades próprias, acabou por qualificar e dar aval à mesma, aumentando sua força discursiva e seu poder de penetração social. Esta era uma rota de mão dupla, pois antes mesmo de se apropriar do texto jornalístico como informação institucional, os órgãos de informação também precisavam dos órgãos de imprensa para se fazer ver; a ideologia do Estado precisava de canais de aparência. Principalmente no contexto ora descrito, em que

a esfera pública se constitui essencialmente a partir da visibilidade garantida pelas mídias massivas (em nítida oposição ao definhamento contínuo do papel do espaço urbano na constituição dos campos de visibilidade). Se no primeiro contexto analisado, o espaço físico dos cafés tinha fundamental papel para os processos de mediação, agora este espaço é essencialmente midiático. Esta percepção e preocupação com o domínio de canais de propagação é exposta em texto produzido pela polícia e para a polícia:

A Polícia, para regular prestação de seus serviços, necessita da divulgação massiva de mensagem sobre: a) regras de prevenção criminal, por motivos óbvios; b) consequências da criminalidade, para, sensibilizando o público, obter a retro-informação, que lhe proporcionará o esclarecimento de inúmeras infrações; e c) seus próprios êxitos, para desestimular os que ainda se encontrem na fase dos atos preparatórios da infração...(Idem, *Ibidem*:72).

Assim, os interesses de ambos os lados justificavam o embate contínuo e discreto, o que nos faz ponderar, antes de continuarmos esta análise, sobre um terceiro aspecto, de cunho ideológico, buscando responder à seguinte questão: até que ponto o texto jornalístico correspondia aos interesses ideológicos do regime, na reconstrução do fato, a ponto de, não só garantir sua existência mas, principalmente, avalizá-los como detentores do discurso corrente? Esta aproximação teria sido garantida, apenas, com a prática da censura e os interesses acima expostos ou precisamos, também, ponderar sobre pontos de intersecção comuns aos dois projetos ideológicos?

Tendo em mente as especificidades de cada jornal – linha editorial, a relação estabelecida com o seu público e com o próprio regime – consideramos, ainda assim, que existem proximidades ideológicas que perpassam os vários jornais, principalmente àqueles denominados genericamente de “grande imprensa” e é sobre estas que gostaríamos de ponderar. Acreditamos que o eixo de nossa explanação situa-se em um modelo

muito particular de liberalismo e também de Estado, nascidos na especificidade da história brasileira e disseminados em estruturas de pensamento que foram se cristalizando ao longo do séc. XX. Buscamos ponderar sobre dois aspectos distintos, mas correlatos.

A reflexão sobre o liberalismo pressupõe uma análise filosófica sobre a caracterização de seus princípios e uma análise sociológica, que identifica como os mesmos são negociados socialmente. O contexto brasileiro desde a formação da República estruturou um modelo de liberalismo bastante particular que, se em seus princípios, seguia a cartilha padrão, em sua prática mostrou especificidades muito particulares. Isto porque estruturou um modelo de liberalismo com forte ingerência do Estado o que, no entendimento de Bolívar Lamounier (Lamounier, 1985), indica a prevalência de um modelo ideológico que privilegiou o Estado, numa concepção do ‘Leviatã benevolente’. Assim, o primeiro aspecto que salta aos olhos é o do predomínio do Estado frente ao mercado tendo, ou a função primordial de domesticá-lo, ou o papel de salvaguardar o mercado em sua incapacidade de gerenciamento próprio. Neste contexto, o liberalismo se apresenta, em princípio, como uma ideologia da modernização. Contudo, esta mesma ideologia nasce imediatamente capenga, pois não pratica a liberdade do mercado, já que este se constitui atrelado ao Estado. Esta lógica se perpetua ao longo do séc. XX e é exemplificadora quando analisamos o desenvolvimento de nossa indústria cultural. O segundo aspecto é o entendimento de sociedade proposto; esta é lida como um corpo orgânico-corporativo, o que pressupõe, por um lado, a definição de papéis previamente determinados e, por outro, atrelados ao Estado de modo corporativo. Nesta formatação não está pressuposto o conflito vertical como aspecto inerente ao corpo social. Permanece uma leitura autoritária que entende o conflito como um problema que deve ser evitado e, se ocorrer, deve ser sanado, perpetuando o imobilismo político.

Se a sociedade não tem movimento, o Estado apresenta-se como o ‘Leviatã benevolente’, pois cabe a ele a inserção de mudanças, no momento, ritmo e limite por ele determinados. Neste sentido, liberalismo e democracia mostram-se como ideários quase excludentes. Esta conformação estrutura um liberalismo deformado e pautado pelo controle do Estado, já que garante a realização das liberdades individuais de grupos que podem concretizá-las e que, como visto, o farão na benevolência do Estado.

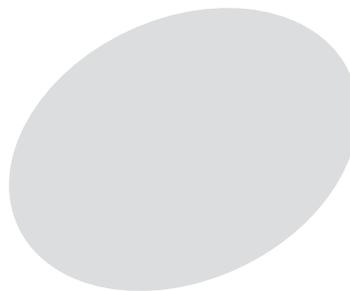
Com esta digressão sobre as raízes de nosso liberalismo buscamos demonstrar, por um lado, a profunda dificuldade de enfrentamento do Estado, reforçada por sua militarização durante o regime militar. Assim, as instituições sociais, entre elas as empresas jornalísticas, colocavam-se numa condição duplamente delicada, caso optassem pelo enfrentamento. Por outro lado, independente das diferenças pontuais existentes entre as várias empresas jornalísticas, que possuem especificidades quanto a seu projeto editorial, quanto ao público a quem se direciona e por fim, quanto às características dos vínculos estabelecidos com o regime militar, a maioria da denominada “grande imprensa” se banha nos mesmos ideários, compostos justamente deste tipo de liberalismo acima apontado na relação que estabelecem com o Estado. Esta mesma relação é percebida por diferentes autores que analisam as relações- Estado / Imprensa- no Brasil, ao logo de nossa história republicana. Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira (Ferreira, 2007), em sua análise sobre o governo Goulart, demonstram o forte e amplo apoio que a UDN recebeu da imprensa escrita, em oposição à aproximação de Jango aos setores operários –sindicais, tanto no tempo em que era Ministro, quanto na Presidência. O mesmo discurso era projetado por toda a “grande imprensa” para desqualificar o político em questão. Em análise distinta, mas não menos relacionada, Beatriz Kushnir (Kushnir, 2004) cria o termo, título de seu livro, *Cães de Guarda*, para qualificar tanto os jornalistas que compactuavam com

o regime (no exercício da censura), quanto militares que assumiam funções jornalísticas e também utilizavam esta condição para garantir a autocensura.

Desta forma, queremos dizer que não haveria, necessariamente, conflito entre os setores da grande imprensa e os governos autoritários, quanto à proposição do golpe militar. No ato “revolucionário”, bem como em seu processo de gestação, o regime recebeu o apoio direto e indireto de muitas empresas jornalísticas, que viam o mesmo como uma forma necessária de controle social, o que reflete o imaginário autoritário e logo, uma mesma visão de sociedade; além de representar fôlego econômico. Neste sentido, o regime, as empresas jornalísticas e parte dos profissionais da área compactuavam quanto ao modelo de sociedade proposto e quanto às diretrizes econômicas indicadas como projeto. As diferenças apareceram quando os militares extrapolaram a proposta inicial e invadiram a esfera jurídica-legal, colocando em cheque a segurança e efetividade das leis e do princípio da divisão dos poderes, que representa a base do pensamento liberal, além de afetar os direitos individuais dos grupos atuantes política e economicamente, ou seja, os grupos atrelados ao Estado. Assim, no momento em que demonstraram sua intenção de se perpetuar no poder, radicalizaram a dimensão autoritária de sua prática, desrespeitando o processo legal que eles próprios instauraram. Interferiu-se, pois, diretamente na produção da informação jornalística, através da prática da censura e nas liberdades individuais dos setores sociais dos quais estes mesmos jornalistas faziam parte. Além disso, ao impor uma legislação persecutória, gerando cassações políticas, demissões impositivas e o controle dos direitos de ir e vir, associações, radicalizados com a prática da tortura, criaram uma clara fissura. Neste momento, alguns jornais expõem suas diferenças com o regime. Ainda assim, como apontado, numa oposição circunscrita.

Fizemos esta reconstituição política, pois como já discutido, todo produto cultural

responde e se constitui em relações de força e poder. Assim, seu resultado é definido por escolhas que se estruturam frente a imposições numa tomada de posição que inevitavelmente corresponde à sua condição econômica, seu poder político, seu posicionamento ideológico e seu fôlego questionador, frente



O regime recebeu o apoio direto e indireto de muitas empresas jornalísticas, que o viam como uma forma necessária de controle social

às imposições contrárias. O cenário político não era democrático, mas isto não indica, porém, que todos os jornais responderam da mesma forma às imposições indicadas. Para Martín-Barbero, as relações culturais são muito dinâmicas e a riqueza teórico-metodológica está na análise dos procedimentos cotidianos, móveis, em contínua construção.

Ao retomarmos o sentido da apropriação pelo Estado do texto jornalístico percebemos alguns elementos distintos e importantes. O primeiro que nos chama à atenção é o fato de que o regime se interessava, lia, acompanhava e censurava praticamente toda a grande imprensa. Vários jornais são continuamente citados. Como já tivemos a oportunidade de demonstrar em outras análises, este controle garantia vários aspectos ao mesmo tempo: garantia, em primeira instância, o controle da informação e, logo, o controle sobre as empresas jornalísticas. Retomando Martín-Barbero, notamos que o Aparato Repressivo procurava atingir e controlar o primeiro processo de mediação da produção da notícia. Ao demonstrar seu poder de controle sobre as empresas jornalísticas estas, numa delicada logística, constituíam o que consideravam uma informação adequada à suas

editorias, aos seus interesses como empresa e ao público ao qual se dirigiam.

Em segunda instância e não menos importante, garantia a própria informação, que naquele momento não circulava em

O governo autoritário se interessava, lia, acompanhava e censurava praticamente toda a imprensa, garantindo o controle da informação e das empresas



tempo real. Defendemos a idéia de que era mais rápido e eficiente o contato inicial com a informação jornalística, para a criação do fato, do que com a circulação do conteúdo da informação pelos órgãos oficiais de difusão. Talvez esta seja uma das explicações do volume de documentos arquivados com artigos de jornais do Rio de Janeiro. Entre eles encontramos continuamente o ‘Tribuna do Rio’; devemos lembrar que a informação institucional circulava por via impressa de um órgão a outro e via telex para distâncias mais longas. Garantia, ainda, o conteúdo tornado visível, detendo o controle sobre a origem da visibilidade. Dessa forma, detinham o domínio sobre a informação circulante, base para a sociedade constituir seu pensamento e como era construída esta concepção, confirmando a idéia proposta neste texto de que a visibilidade estrutura formas de poder.

Por fim, a análise dos Boletins Informativos, documentos institucionais de difusão interna, constituídos de recortes de informações jornalísticas, nos leva a entender que possibilitava ao Aparato Repressivo o controle do que a própria instituição militar o e governo pensavam. Vemos aqui, ademais, o sentido da apropriação de todo o campo

de mediação estruturado pela mídia impressa e a composição de um novo lugar de mediação: os membros da corporação militar e do aparato repressivo. Isto nos leva a constatar que nesta esfera se situavam dissidências numa composição multifacetada de visões e interesses, indicando a profunda preocupação do regime militar com sua própria corporação. A organização interna da informação contida nestas documentações assim nos comprova. Efetuamos, para efeito de reflexão, uma longa observação das características destas informações e pudemos concluir que estas estavam estruturadas no como, quando e onde de cada fato narrado, evitando diretamente uma composição analítica e questionadora ou mesmo reveladora, elemento esperado num documento de circulação estritamente interna. Neste sentido, confirmamos uma hipótese que já norteava nossa pesquisa de que os Boletins Informativos tinham dois papéis a cumprir: o primeiro, como documentação do órgão de informação, de registrar a leitura estabelecida *para e pela* sociedade sobre qualquer ato governamental, com o intuito de “abastecer a Presidência da República e assessores diretos de ‘informações necessárias’” (Fico, 2001). O segundo, de possibilitar a circulação da informação jornalística no âmbito do próprio regime para garantir a retroalimentação e auto-convencimento.

Nestes percursos, a apropriação da mediação confirma a visão que o regime quer construir sobre os fatos a partir da fala do outro – o jornal – em si imbuído de representatividade social, dada inclusive por sua função de visibilidade dos ideários circulantes, e reforçada pelo enfrentamento político implícito presente nestes jornais. É o Outro crítico afirmando o que o regime gostaria que os seus membros pensassem, certamente numa mensagem cirurgicamente construída. Nesta tessitura cuidadosa e complexa, instaurava-se uma rede rizomática, onde percursos eram cotidianamente estabelecidos e alimentados.

Referências

- ABREU, J. **As manobras da Informação**. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.
- ALVES, M. **Estado e Oposição no Brasil: 1964-1984**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- AQUINO, M. **Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978), o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de S.Paulo e Movimento**. Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, São Paulo, 1990.
- _____. **Caminhos Cruzados, Imprensa e Estado Autoritário no Brasil (1964-80)**. Tese de Doutorado, FFLCH-USP, São Paulo, 1994.
- ARENDT, H. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- BARBOSA, M. (org.). **Estudos de Jornalismo I – Intercom**. Rio de Janeiro: Edições da UFF, 2001.
- CRUZ, H. e PEIXOTO, M. **Na Oficina do Historiador: conversas sobre História e Imprensa**. IN: Projeto História. São Paulo: Educ, 2005, n.35.
- DELEUZE, G. e GUATTARI, F. **Mil Platôs**. São Paulo: Editora 34, 2007.
- DREIFUSS, R. **1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FERREIRA, J.; GOMES, A. **Jango – as múltiplas faces**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- FICO, C. **Como Eles Agiam**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001.
- HABERMAS, J. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. Rio de Janeiro: Tempo Universitário, 1984.
- KUSHNIR, Beatriz. **Cães de Guarda- jornalistas e censores, do AI5 à constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- LONGHI, C. **O Filme Capote: abordagens sobre os espaços público e privado**. IN: Revista Significação, n. 25, 2006.
- _____. **Origens do Conceito de Opinião Pública: um diálogo entre Hannah Arendt e Jurgen Habermas**. IN: Revista Comunicação e Sociedade, n. 46, 2006.
- MARTÍN-BARBERO. **Dos Meios às mediações**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- MELO, J. **Teoria do Jornalismo – Identidades brasileiras**. São Paulo: Paulus, 2006.
- _____. **A Esfinge Midiática**. São Paulo: Paulus, 2004.
- ORTIZ, R. **A Moderna Tradição Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- PAIVA, R. (org) **O Retorno da Comunidade**. Rio de Janeiro: Mauad X Editora, 2007.
- PEREIRA, M. **Polícia e Imprensa**. IN: **Arquivos da Polícia Civil**, v. 27, 1976, p.71.
- PINHEIRO, P. **Autoritarismo e Transição**. IN: Revista USP, n.º 9, 1991.
- RÉMOND, R. **O séc. XIX – Introdução à história de nosso tempo**. São Paulo: Cultrix, 1976.

